



SEÇÃO: DOSSIÊ DESIGUALDADE EDUCACIONAL EM DEBATE: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

## Caminhos interrompidos: trajetórias educacionais de jovens vítimas de homicídio em Porto Alegre

*Interrupted paths: educational trajectories of young homicide victims in Porto Alegre*  
*Caminos interrumpidos: trayectorias educativas de jóvenes víctimas de homicidio en Porto Alegre*

**Alex da Silva Vidal<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-0166-0698](https://orcid.org/0000-0002-0166-0698)  
[alexsvidal1@gmail.com](mailto:alexsvidal1@gmail.com)

**Bruna Rossi Koerich<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-9791-7808](https://orcid.org/0000-0001-9791-7808)  
[koerich.bruna@gmail.com](mailto:koerich.bruna@gmail.com)

**Recebido em:** 26 maio 2025.

**Aprovado em:** 15 ago. 2025.

**Publicado em:** 05 nov. 2025.

**Resumo:** A pesquisa em tela teve como objetivo identificar a relação entre a mortalidade juvenil, o acesso e a permanência de jovens nas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às suas trajetórias educacionais. A partir de uma abordagem qualitativa, foram utilizadas técnicas de análise documental como forma de identificar registros que permitem reconstituir parcialmente os percursos educacionais de uma amostra de 18 jovens vítimas de homicídio em Porto Alegre, em 2018, residentes nos três territórios com maiores índices de mortalidade juvenil no município, de acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Foi realizada a busca de registros desses jovens junto às redes municipal e estadual de ensino, bem como informações sobre suas trajetórias educacionais em seus registros de atendimento nas políticas de socioeducação, assistência social e expedientes do Conselho Tutelar. Alguns marcadores se mostraram regulares nas trajetórias da maioria dos jovens que compuseram a amostra da pesquisa, sendo quatro as principais similaridades identificadas: 1) a presença de trajetórias escolares não lineares (com episódios de infrequência escolar, abandono e distorção idade-série); 2) a passagem pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA); 3) a intersecção entre o sistema de justiça juvenil e a trajetória escolar desses jovens; 4) os indícios da necessidade de atendimento especializado no contexto educativo.

**Palavras-chave:** juventudes; trajetórias escolares; trajetórias educacionais; mortalidade juvenil; análise documental.

**Abstract:** The research in question aimed to identify the relationship between youth mortality and the access and permanence of young people in public policies, especially with regard to their educational trajectories. Starting from a qualitative approach, document analysis techniques were used as a way to identify records that allow partially reconstructing the educational paths of a sample of 18 young people who were victims of homicide in Porto Alegre in 2018, residents of the three territories with the highest rates of juvenile mortality in the municipality, according to data from SIM (Mortality Information System). We carried out a search for records of these young people in the municipal and state education network, as well as information about their educational trajectories in their attendance records in socio-education policies, social assistance, and Guardianship Council files. Some markers were found to be regular in the trajectories of the majority of young people who made up the research sample, with four main similarities identified: 1) The presence of non-linear school trajectories (with episodes of school failure, dropout, age-grade distortion); 2) Passing through the Youth and Adult Education (EJA) modality; 3) The intersection of the juvenile justice system and the educational trajectory of these young people; 4) Evidence of the need for specialized care in the educational context; and 5) Temporal proximity between episodes of school dropout and records of entry into the juvenile justice system.

**Keywords:** Youth; School Trajectories; Educational Trajectories; Youth Mortality; Documentary Analysis.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

**Resumen:** La investigación en cuestión tuvo como objetivo identificar la relación entre la mortalidad juvenil y el acceso y permanencia de los jóvenes en las políticas públicas, especialmente en lo que respecta a sus trayectorias educativas. Mediante un enfoque cualitativo, se utilizaron técnicas de análisis documental para identificar registros que permitan reconstruir parcialmente las trayectorias educativas de una muestra de 18 jóvenes víctimas de homicidio en Porto Alegre en 2018, residentes de los tres territorios con mayores tasas de mortalidad juvenil del municipio, según datos del SIM (Sistema de Información sobre Mortalidad). Se realizó una búsqueda de registros de estos jóvenes en la red educativa municipal y estatal, así como información sobre sus trayectorias educativas en sus registros de asistencia a políticas socioeducativas, asistencia social y registros del Consejo Tutelar. Algunos marcadores resultaron regulares en las trayectorias de la mayoría de los jóvenes que integraron la muestra de investigación, identificándose cuatro similitudes principales: 1) La presencia de trayectorias escolares no lineales (con episodios de ausentismo escolar, deserción y distorsión edad-grado); 2) Pasaje por la modalidad de Educación de Personas Jóvenes y Adultas (EJA); 3) La intersección entre el sistema de justicia juvenil y la trayectoria educativa de estos jóvenes; y 4) Evidencia de la necesidad de atención especializada en el contexto educativo.

**Palabras clave:** juventud; trayectorias escolares; trayectorias educativas; mortalidad juvenil; análisis documental.

## 1 Introdução

Esta pesquisa está inserida em contexto investigativo mais amplo, vinculada ao projeto de pesquisa "A Mortalidade Juvenil no Rio Grande do Sul: Uma Análise dos Índices de Violência Letal Juvenil e suas Possibilidades de Enfrentamento", coordenado pelo doutor Giovane Scherer, que contou com financiamento da FAPERGS e se dedicou a estudar diferentes dimensões da mortalidade juvenil no estado.

A pesquisa em tela teve como objetivo identificar a relação entre a mortalidade juvenil e o acesso e a permanência de jovens nas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às suas trajetórias educacionais.

Estatísticas recentes demonstram, por exemplo, que há um perfil de escolaridade bem específica entre as vítimas de homicídio no país: 42,4% das vítimas de mortes violentas intencionais no Brasil em 2019 possuía ensino fundamental incompleto (Bueno e Lima 2020).

Sendo assim, a questão central da pesquisa pode ser sintetizada na tentativa de identificar

similaridades e diferenças nas trajetórias educacionais de 18 jovens que foram vítimas de homicídio por arma de fogo, em Porto Alegre, no ano de 2018.

## 2 Juventudes e trajetórias escolares

Segundo o sociólogo Luiz Antônio Groppo (2015), as teorias sociológicas sobre juventudes podem ser divididas em três grandes grupos: 1) teorias tradicionais, que focam, sobretudo, em discutir o papel dos grupos juvenis na socialização secundária; 2) teorias críticas, que contestam os sentidos tradicionais da vinculação dos jovens à estrutura social; 3) teorias pós-críticas, que relativizam e até negam o lugar da juventude como espaços de transição para a vida adulta (Groppo 2015).

Um fator em comum entre as teorias é a importância da noção de futuro como um elemento-chave para o entendimento do conceito de *juventude*, tanto em relação às abordagens mais clássicas, no sentido de pensar como o jovem de hoje será integrado na sociedade no futuro como um "adulto funcional", quanto nas abordagens mais críticas, que podem se preocupar, por exemplo, com as vivências temporais juvenis a partir de suas práticas sociais e culturais.

Um dos marcadores mais tradicionalmente aceitos para pensar as fronteiras da fase entendida como juventude diz respeito à transição escola-trabalho, embora não seja o único elemento a ser considerado no processo de transição para a vida adulta (Camarano 2006). Isso porque a existência do espaço escolar possui íntima relação com o reconhecimento da infância (Ariès 2017). Ao criar um espaço separado do mundo adulto, a escola permite que as vivências do tempo em crianças, adolescentes e jovens respeitem uma lógica própria, mesmo que profundamente influenciada pelos tempos e ritmos dos processos de trabalho do mundo adulto.

A instituição escolar teve, desde seu surgimento, uma forte relação com as projeções para o futuro, seja quando era destinada exclusivamente para classes mais abastadas, que tinham a trajetória escolar como forma de preparação

para uma vida adulta próspera, seja a partir da massificação do ensino, com o objetivo principal de preparação dos filhos de operários para a adequação ao trabalho (Varela e Alvarez-Uria 1992).

Mesmo com a consolidação da escola como direito fundamental de crianças, adolescentes e jovens no Brasil, a partir do paradigma da proteção integral, a permanência no espaço escolar é compreendida como algo tão fundamental para a construção de projetos de futuro que se justifica sua inscrição como direito-dever, a partir da obrigatoriedade da trajetória escolar.

Dessa forma, podemos afirmar que a permanência no espaço escolar até a conclusão da educação básica corresponde a uma expectativa social sobre a vida juvenil como um processo de preparação para a vida adulta. Conforme aponta Pais (2006, 7), há uma forma tradicional de olhar para essas passagens, que destacam a forma como, na transição para vida adulta, os jovens vivenciam esses marcadores por meio de uma prescrição e linearidade.

É nesse sentido que autores como Manoel Matos (2021) apontam para o processo de "alunização" dos jovens, que associa diretamente a juventude com a condição de estudante, em uma orientação linear de preparação para o futuro.

Essa relação intrínseca entre juventude e projeções para o futuro mediadas pela trajetória escolar contribui para uma percepção de que, quando não estão realizando ações voltadas para a sua preparação para o futuro, os jovens estão "desperdiçando tempo". Podemos notar, inclusive, certo incômodo social em relação aos jovens que buscam ocupar seu tempo presente com atividades voltadas à satisfação momentânea (como práticas de sociabilidade e lazer) em detrimento de "aproveitar" seu tempo em ações voltadas a investimentos no futuro (como estudo e qualificação profissional). Essas vivências temporais, contudo, não são estáticas e isoladas e a escola é vista, também, como um dos principais espaços de socialização juvenil e de organização da rotina e da vida juvenil no presente.

Nesse sentido, este artigo busca identificar registros que restaram das trajetórias escolares

de jovens que tiveram suas vidas interrompidas precocemente, no intento de buscar compreender o que esses registros nos dizem sobre a sua relação com o espaço escolar.

### 3 Escolhas metodológicas

No contexto geral do projeto de pesquisa que origina este recorte de investigação, o primeiro passo do percurso metodológico envolveu identificar os três territórios com maiores índices de mortalidade juvenil em Porto Alegre, no período entre 2015 e 2020, a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Depois de realizadas as análises de cunho relativas a esse campo quantitativo, a pesquisa buscou a realização de abordagens qualitativas. Para isso, optou-se por trabalhar com os casos relativos ao ano de pico de registros de homicídios no período (2018) e, a partir disso, com o uso do sorteio, foram identificados aleatoriamente seis trajetórias juvenis de cada um desses territórios, chegando-se assim a uma amostra de 18 jovens, que possuíam entre 15 e 29 anos e foram vítimas de homicídio naquele ano (Scherer 2022).

A partir dessa amostra, iniciou-se o trabalho de buscar registros desses jovens junto às políticas públicas. Depois dos trâmites burocráticos necessários para o acesso às informações, incluindo a tramitação e a aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa e a formalização de sigilo e acesso de dados específicos para o fim da pesquisa, conseguimos acessar os registros existentes desses 18 jovens junto ao Conselho Tutelar de Porto Alegre e às políticas de educação, socioeducação e assistência social.

Essa investigação específica, então, utilizou-se de técnicas de análise documental como forma de identificar registros que permitem reconstituir parcialmente os percursos educacionais juvenis.

Os dados acerca da trajetória educacional dos jovens foram obtidos por meio da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS) e da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED). Os registros acessados da política de socioeducação são da Fundação de Atendimento Socioeducativo

do Rio Grande do Sul (FASE-RS) e do Serviço Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SEMSE), da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (FASC). Já os dados da Política de Assistência se referem, sobretudo, aos registros encontrados junto aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) dos três territórios que compõem a amostra desta pesquisa (CREAS Restinga/Extremo Sul; CREAS Lomba do Pinheiro; CREAS Norte/Noroeste). Além disso, houve a tentativa de buscar registros junto à Política de Proteção Social Básica, o que foi dificultado, muitas vezes, pela ausência de dados da mãe que permitissem uma verificação mais completa. Também foi realizada coleta de informações sobre os jovens nos Conselhos Tutelares de cada uma das três regiões.

Na maioria dos casos, a troca de informações ocorreu por meio digital, a partir de arquivos compactados enviados e acessados apenas pelos pesquisadores autorizados. Já os prontuários da Fundação de Atendimento Socioeducativo foram acessados presencialmente durante visitas presenciais ao arquivo da Fundação, quando os pesquisadores puderem manusear toda a documentação e fazer registro fotográfico de

alguns arquivos.

Toda a documentação coletada foi lida pelos autores, em conjunto com a pesquisadora Renata Maieron Turcato, e depois organizada de forma a buscar montar um "linha do tempo" do percurso de cada um dos jovens pelas políticas públicas.

Torna-se importante destacar que essa reconstrução das trajetórias não tem a pretensão, nem a capacidade, de reconstruir fielmente os reais percursos de vida desses jovens. Trata-se da busca por identificar o que de suas vidas restou registrado nas políticas públicas, especialmente em relação a seus percursos educacionais. Apesar de os registros encontrados permitirem a análise exposta ao longo do artigo, torna-se fundamental destacar que em muitos casos não foram encontrados registros precisos ou, então, foram identificadas anotações lacônicas, demonstrando as fragilidades existentes em alguns processos de registro, especialmente nos equipamentos da Assistência Social e no Conselho Tutelar.

A tabela a seguir apresenta informações básicas acerca dos 18 jovens, assassinados em 2018, que compõem a amostra da pesquisa. Como forma de garantir seu anonimato, eles serão aqui chamados pela letra inicial do território em que residiam, seguidos de algarismos arábicos:

**QUADRO 1** – Informações básicas da amostra da pesquisa

Código	Território de residência	Idade que possuía na data do óbito (anos)	Último ano escolar cursado <sup>2,3</sup>	Idade no último ano escolar cursado
L1	Lomba do Pinheiro	18	T5 (8ª ano EF)	17
L2	Lomba do Pinheiro	25	2º EM	18
L3	Lomba do Pinheiro	26	T4 (6ª ano EF)	21
L4	Lomba do Pinheiro	24	1º EM	17
L5	Lomba do Pinheiro	19	T4 (6ª ano EF)	15
L6	Lomba do Pinheiro	19	T3 (5º ano EF)	18
R1	Restinga	20	T4 (7ª ano EF)	17
R2	Restinga	16	T5 (8ª ano EF)	16

<sup>2</sup> No Rio Grande do Sul, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos segue a distribuição por totalidades. Para facilitar o entendimento, nos casos em que a última série cursada foi na modalidade EJA, utilizaremos tanto a informação da totalidade quanto a sua equivalente de cada jovem no ensino regular.

<sup>3</sup> EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio.

Código	Território de residência	Idade que possuía na data do óbito (anos)	Último ano escolar cursado <sup>2,3</sup>	Idade no último ano escolar cursado
R3	Restinga	16	T4 (7ª ano EF)	16
R4	Restinga	16	T4 (7ª ano EF)	16
R5	Restinga	17	T4 (7ª ano EF)	15
R6	Restinga	17	T4 (7ª ano EF)	18 <sup>4</sup>
S1	Sarandi	21	T6 (9º ano EF)	16*
S2	Sarandi	14	6º ano EF	14
S3	Sarandi	19	T4 (6º ano EF)	17
S4	Sarandi	19	T4 (6º ano EF)	17
S5	Sarandi	19	T4 (7ª ano EF)	17
S6	Sarandi	17	8º ano EF	16

Fonte: elaboração própria.

Na seção a seguir, apresentaremos a síntese das análises proporcionadas pelas leituras dos registros das trajetórias escolares desses jovens.

#### 4 Análise dos registros escolares de jovens vítimas de homicídio

Ao analisarmos as trajetórias reconstruídas desses jovens por entre as políticas públicas, conseguimos identificar, antes de tudo, a existência da singularidade dessas vidas. Contudo, é importante pontuar que alguns marcadores se mostraram regulares nas trajetórias da maioria dos jovens que compuseram a amostra da pesquisa.

A seguir, serão apresentados elementos sobre as principais regularidades encontradas em suas trajetórias escolares.

##### 4.1 Trajetórias escolares não lineares

A instituição escolar é, provavelmente, a maior política pública que esses jovens acessam. "Maior" em diferentes sentidos: é a mais abrangente,

atingindo basicamente a totalidade de crianças e adolescentes em ao menos algum momento de suas vidas; mas, também, no sentido da permanência dessa política na vida desses jovens, já que a escolarização básica obrigatória envolve ao menos doze anos de vínculo com essa política.

Como podemos observar a partir das trajetórias, há a presença recorrente de episódios de reprovação, infrequência e abandono escolar em grande parte dos percursos escolares dos jovens analisados. Diferentes autores que se dedicam a estudar a escolarização de estudantes oriundos de classes populares utilizam diferentes conceitos para falar da presença desses episódios no percurso escolar. Apesar das diferenças, esses conceitos são, em essência, bastante similares e têm o propósito de questionar o uso simplificado do conceito de *insucesso escolar* para designar esses elementos. São exemplos desses usos os conceitos de *trajetórias truncadas* (Carrano et al. 2015); *acidentadas* (Peregrino 2010); *irregulares* (Bof et al. 2018) e *não lineares* (Zago 2000).

<sup>4</sup> A escola matriculou o aluno automaticamente na EJA, mesmo após a sua morte.

**QUADRO 2** – Marcadores de distorção idade-série, abandono escolar, infrequência escolar e reprovações na amostra selecionada

Código	Distorção idade-série no último ano cursado <sup>5</sup>	Número de registros de abandono escolar <sup>6</sup>	Registro de Ficaí <sup>7</sup>	Número de registros de reprovação	Provável evasão escolar
L1	4 anos	3	sim	0	não
L2	3 anos	1	não	2	sim
L3	10 anos	2	sim	2	sim
L4	2 anos	1	não	1	sim
L5	4 anos	1	sim	4	sim
L6	7 anos	5	sim	2	sim
R1	5 anos	4	sim	2	sim
R2	3 anos	3	sim	0	sim
R3	4 anos	3	não	0	não
R4	5 anos	1	não	1	não
R5	3 anos	2	sim	2	sim
R6	6 anos	2	sim	2	sim
S1 <sup>8</sup>	2 anos	1*	sim	1	sim
S2	3 anos	0	não	3	não
S3	6 anos	1	sim	4	sim
S4	6 anos	0	não	5	sim
S5	5 anos	2	sim	3	sim
S6	3 anos	2	sim	2	sim

**Fonte:** elaboração própria.

Dos 18 jovens que compuseram a amostra desta pesquisa, 16 tiveram ao menos um episódio de abandono escolar em sua trajetória. Um deles chegou a um total de cinco episódios. Além disso, 14 dos 18 jovens apresentaram indícios de evasão escolar, ao terem momentos em que não estavam matriculados nem na rede estadual, nem na rede municipal de ensino. Outro ponto que vale des-

taçar nesse sentido é o de que os episódios de abandono escolar não se restringiam ao período da adolescência: seis jovens tiveram episódios de abandono escolar antes de completarem dez anos de idade, sugerindo que sua relação com a escola encontra dificuldades desde a infância.

Importante notar, também, que em 11 deles houve registro oficial de infrequência por meio

<sup>5</sup> Calculado a partir da diferença entre a idade do jovem no último ano cursado e a idade esperada para aquele nível escolar.

<sup>6</sup> Calculado a partir do número de anos letivos em que o jovem possuía matrícula escolar mas foi considerado em situação de abandono, por não frequentar a escola naquele ano. Não foram contabilizados, assim, os casos de evasão escolar, que se referem à situação de o jovem não ter se matriculado ao longo do ano letivo.

<sup>7</sup> Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficaí). Trata-se de uma ferramenta adotada em diferentes estados para a comunicação entre as escolas, Conselho Tutelar e Ministério Público sobre a infrequência de um aluno.

<sup>8</sup> Gabriel nasceu em 14 de maio de 1996, no entanto só temos o primeiro registro dele em Porto Alegre no ano de 2012, quando ingressou em uma escola estadual. O fato de o jovem não ter nenhum registro anterior, nem na rede municipal e nem na estadual de educação, indica que, possivelmente, ou ele residia em outro município, ou frequentou a rede privada. No seu primeiro registro em 2012, Gabriel tinha 16 anos e ingressou na EJA em uma escola estadual no bairro Santa Tereza.

da ferramenta Ficai. Ao serem notificados sobre a infrequência, o Conselho Tutelar e o Ministério Público podem agir e cobrar dos responsáveis medidas para o retorno da criança ou do adolescente à escolar, tendo em vista que, dos 4 aos 17 anos, a educação não é apenas um direito, mas também uma obrigatoriedade. Os registros demonstram que, nos anos em que há as primeiras notificações de Ficai, os adolescentes concluem o ano letivo – denotando a importância dessa ferramenta, especialmente quando se trata de crianças. Já nos casos em que a notificação ocorre de forma sistemática, ou quando se trata de adolescentes com mais de 14 anos, observou-se a manutenção de infrequência, finalizando o ano letivo com o registro de "abandono". Dessa forma, os indicativos desta pesquisa sugerem que a referida ferramenta, embora eficiente no caso de crianças, não parece ter o mesmo resultado no caso de adolescentes e jovens.

Além dos episódios de infrequência, abandono e evasão, a repetência é outro ponto recorrente nas trajetórias escolares analisadas: 15 dos 18 jovens tiveram episódios de reprovação – 12 dos jovens tiveram episódios de reprovação antes da finalização do terceiro ano do ensino fundamental, sugerindo uma trajetória escolar marcada por tensões desde o início. A reprovação no início da trajetória escolar foi alvo de críticas por parte de estudiosos na área da educação, que defendiam a existência de uma forte correlação entre o que chamavam de *pedagogia da repetência* (Ribeiro 1991) e a evasão escolar. No âmbito dessa discussão, a Resolução n. 7, de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional da Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais, recomenda a não reprovação nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental (CNE 2010).

Dentro da amostra de 18 jovens, apenas dois se destacam por terem concluído o ensino fundamental e ingressado no ensino médio. No entanto, vale ressaltar que também esses jovens acabaram se evadindo da escola ao chegarem próximo à maioridade.

Um fato que perpassa todos os jovens até o último ano que cursaram a escola é a distorção

idade-série. Seja por reprovação, abandono ou evasão escolar em suas trajetórias, esses jovens acabaram acumulando uma importante diferença na idade-série, o que também pode ser uma das motivações tanto para uma não linearidade ou infrequência escolar quanto para o abandono definitivo. No grupo estudado, a média de distorção idade-série chegou a impressionantes 4,5 anos.

Há uma vasta produção demonstrando que altas taxas de distorção aumentam o risco de abandono e evasão (Franceschini et al. 2017; Gremaud 2010; Neri 2009), além de contribuir para uma autopercepção de desempenho escolar ancorada no fracasso gerando uma sensação de desânimo (Ramos e Gonçalves Junior 2024).

Dessa forma, foi possível constatar que, apesar das singularidades, os marcadores encontrados nos registros apontam para trajetórias escolares não lineares, marcadas por episódios de reprovações, infrequência, evasão e abandono escolar. Os registros analisados não nos permitem compreender as razões desta não linearidade, mas a sua recorrência sugere que é necessário que esse fenômeno seja pensado a partir de marcadores sociais, fugindo de explicações unicamente ancoradas na agência.

Outra constatação essencial é a percepção do papel da escola como um espaço que vai muito além do aprendizado e da socialização, mas que também atua na proteção. Isso não significa afirmar que os jovens que permanecem na escola não podem estar em risco de vida ou que não serão assassinados, mas sim que possuem uma camada importante de proteção, diminuindo a vulnerabilidade social. Da mesma forma, os jovens que estão distantes da escola podem ficar mais expostos às violências urbanas durante um período mais extenso, talvez, devido ao tempo reduzido em espaços entendidos como de proteção.

Apesar disso, é importante destacar que, mesmo que possa ser considerado um espaço protetivo de forma geral, por vezes o próprio ambiente escolar acaba por reproduzir desigualdades e opressões, ancoradas em aspectos de estigmatização, contribuindo para que o abandono e a

evasão escolar assumam contornos mais de um processo de exclusão e de um “expulsão informal” (Koerich 2025; Ratusniak 2024).

#### 4.2 Passagem pela Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O segundo marcador que se destaca relaciona-se também com essas tentativas de compatibilização entre trajetória escolar e percurso de vida juvenil, mesmo que em uma modalidade diferenciada: a inserção dos jovens na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dos 18 jovens, 14 migraram para a EJA em algum momento de suas vidas.

A EJA é uma modalidade de educação criada com o intuito de proporcionar a escolarização

básica àqueles que não tiveram acesso a ela durante a idade que seria “prevista” para esse fim. Diferentes autores têm apontado para um processo de *juvenilização* da EJA, e autores como Pereira e Oliveira (2018) o registram como uma consequência do processo de expulsão dos jovens com defasagem idade-série do ensino regular, como uma estratégia utilizada pelos gestores para evitar as sanções previstas nas políticas de responsabilização às escolas que não alcançam as metas de desempenho estabelecidas pelos sistemas de avaliação.

O quadro a seguir demonstra uma síntese das principais informações encontradas a respeito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos na amostra selecionada:

**QUADRO 3** – Registros sobre a EJA na amostra selecionada

Código	EJA	Idade quando da migração para a EJA	Distorção idade-série quando da migração para a EJA (anos)
L1	sim	16	3
L2	não	-	2
L3	sim	17	6
L4	não	-	2
L5	sim	14	4
L6	sim	14	7
R1	sim	16	3
R2	sim	12	1
R3	sim	15	3
R4	sim	14	3
R5	sim	15	3
R6	sim	15	3
S1	sim	15	2
S2	não	-	3
S3	sim	16	5
S4	sim	15	4
S5	sim	17	5
S6	não	-	-

Fonte: elaboração própria.

Os indícios que encontramos sugerem que esse processo de “empurrar” os jovens para a EJA pode ter ocorrido em algumas das trajetórias analisadas. Um dos jovens, por exemplo, migrou para a EJA quando tinha 12 anos e apenas um ano de distorção idade-série. Ao todo, quatro jovens fizeram a migração para a EJA antes dos 15 anos, algo diferente da previsão legal atual, que entende essa como idade mínima para a inserção nessa modalidade (CNE 2021). É preciso, contudo, salientar que essa migração para a EJA precisa ser analisada com cautela, já que, mesmo que ocorra de forma precoce em vários dos casos, pode se tratar de um dos últimos recursos para tentar garantir a conclusão da escolarização para os jovens que tiveram, desde o início, uma relação conturbada com a escola.

#### 4.3 Trajetória escolares e ingresso no contexto socioeducativo

Uma recorrência encontrada nas trajetórias

juvenis analisadas é a sua passagem pelo sistema socioeducativo, corroborando estudos como o de Mauat da Silva (2016), que apontam para uma forte intersecção entre a passagem pelo sistema socioeducativo e a mortalidade juvenil.

Dos 18 jovens que compõem a amostra, 10 possuíam registro de cumprimento de medida socioeducativa. No que tange aos objetivos deste artigo específico, a passagem desses jovens pelo sistema de justiça juvenil também aponta para mudanças em seus registros escolares.

O quadro a seguir faz uma relação entre o registro de abandono ou evasão escolar antes da passagem do jovem pela justiça juvenil (internação provisória e medidas socioeducativas). A intenção foi a de investigar se existe alguma regularidade na saída dos jovens desse grupo analisado e o ingresso nas medidas socioeducativas, o que traz indícios de um possível envolvimento com atividades ilegais e coletivos criminais.

**QUADRO 4** – Indícios de intersecções entre o sistema de justiça juvenil e o abandono escolar

Código	Último registro de abandono ou evasão escolar antes da passagem na justiça juvenil	Justiça juvenil
L1	2016	2017
L6	2015	2017
R1	Matriculado (reprovado)	2011 e 2014
R2	2014	2015
R4	2016	2016
R5	2017	2018
R6	2013	2015
S3	2014	2015
S4	2016	2017
S6	2016	2017

Fonte: elaboração própria.

Como foi demonstrado durante o estudo, o abandono e a evasão fazem parte da trajetória desses jovens na sua relação com a escola. O quadro anterior especifica se existiu um desses movimentos anteriores à passagem dos jovens pela justiça juvenil, ou seja, se estavam fora da

escola antes de entrar para o sistema socioeducativo.

A partir do quadro, percebe-se que praticamente a totalidade dos jovens havia saído da escola até dois anos antes de entrar em contato com a justiça juvenil, sendo que a maioria estava

fora havia um ano. Apenas um dos jovens (R1) não havia saído da escola e permanecia matriculado no ano em que ingressou no sistema socioeducativo. No entanto, nos dois diferentes anos em que ele ingressa nas medidas socioeducativas (2011 e 2014), os registros apontam que ele foi reprovado. Dessa forma, embora existisse a permanência, havia no mínimo uma dificuldade escolar.

Os dados trazem indícios de que uma das possibilidades para o abandono escolar nesses anos possa estar relacionada com o envolvimento dos jovens em atividades criminais. Duas informações, pelo menos, apontam para essa possibilidade: primeiro, a apreensão dos jovens pela polícia e sua passagem pelo sistema juvenil; segundo, o assassinato posterior, em geral, com indícios de execução com disparo de arma de fogo na cabeça em um momento de conflito entre facções na capital rio-grandense.

Para reforçar o segundo indício, em trabalho publicado em 2022, Feltran et al. (2022) argumentam de forma consistente que a dinâmica de conflitos faccionais é a principal causa da variação notável em taxas agregadas de homicídio no Brasil nas últimas duas décadas. Segundo os autores, a variação no número de assassinatos

acontece a partir do conflito entre facções, assim como entre facções e a polícia, em que grande parte das vítimas eram membros de baixa posição de facções (Feltran et al. 2022).

Dessa forma, o abandono ou a evasão escolar nos anos que antecederam a passagem pela justiça juvenil, no caso de grande parte dos jovens aqui analisados, podem estar relacionados com um maior envolvimento com coletivos criminais e uma mudança de aposta em relação ao presente e ao futuro. O acúmulo em reprovações e abandonos podem caracterizar para os jovens um sentimento de falha na construção de suas trajetórias a partir da escola, abrindo espaço para considerar outras formas de sentirem-se valorizados e pertencentes.

O trabalho de Rolim (2016) encontrou forte associação entre o afastamento do espaço escolar e a disposicionalidade violenta entre jovens, mesmo que seja importante destacar que a evasão escolar não seja, necessariamente, um marcador de envolvimento criminal/infracional.

Além disso, a passagem pelo sistema socioeducativo parece gerar mudanças em suas situações escolares.

**QUADRO 5** – Últimos registros escolares dos jovens da amostra que tiveram passagem pelo Sistema Socioeducativo

Código	Idade no último ano cursado	Último registro escolar	Idade na internação provisória	Idade quando do cumprimento de medida socioeducativa (meio aberto ou fechado)
L1	17	Matriculado	16 anos	16 e 17 anos
L6	18	Abandono	18 anos	não
R1	17	Abandono	16 anos	13, 16 e 17 anos
R2	16	Abandono	15 anos	15 e 16 anos
R4	16	Matriculado	16 anos	14 anos
R5	15	Abandono	17 anos	não
R6	17	Abandono	17 anos	13 e 14 anos
S3	17	Matriculado*	16 e 17 anos	15 anos
S4	19	Matriculado	18 anos	18 a 19 anos
S6	16	Abandono	16 anos	16 anos

**Fonte:** elaboração própria.

A análise das informações nos permite constatar que, na grande maioria das situações, o último ano em que se possui registro escolar desses jovens é justamente o ano de sua última passagem pelo sistema socioeducativo (seja em regime de internação provisória, seja no cumprimento de medida socioeducativa).

Os indícios também apontam para o fato de que o ingresso no sistema socioeducativo é mais um elemento que integra as suas trajetórias escolares não lineares, ao possivelmente "impor" o seu retorno aos registros escolares. É preciso se atentar para o fato de que a matrícula escolar, na modalidade de EJA, ocorre praticamente de forma compulsória durante sua passagem pelas unidades, mesmo nos casos de internação provisória.

É o caso, por exemplo, do jovem L6, que, depois de três anos tendo como registro a situação de "abandono escolar", ao ser internado na Fundação de Atendimento Socioeducativo, é matriculado na modalidade de EJA na escola da unidade, constando como registro ao final do ano a sua progressão para a Totalidade 3 da EJA. Após seu desligamento da unidade, não encontramos novos registros de sua situação escolar.

No caso do jovem S4, depois de uma sequência de quatro reprovações quando estava no 6º ano, entre seus 12 e 15 anos de idade, aos 16 anos os indícios indicam que se evade da escola. O jovem aparece novamente nos registros com 17 anos, quando vai para medida de internação na FASE, onde permanece em torno de dois anos. Nesse período, ingressa novamente na EJA e progride por três anos consecutivos. O último registro de sua matrícula ocorre em 2018, quando é desligado da FASE em 19 de junho. Quatro meses depois do desligamento, o jovem foi assassinado; não sabemos se chegou a frequentar a escola nesse período, apenas que sua matrícula tinha sido cancelada.

A análise dos documentos também aponta para uma contradição existente na intersecção entre socioeducação e trajetórias escolares: por um lado, o ingresso no sistema socioeducativo acaba por "forçar" a retomada das trajetórias

escolares; contudo, por outro, quando ocorre a migração para o meio aberto ou a finalização da medida, o fato de o jovem ter a marca da socioeducação em sua trajetória acaba dificultando o acesso às escolas inseridas fora das unidades.

É o que aponta, por exemplo, a trajetória do jovem S3, que em 2015 cursou o 7º ano na rede municipal de ensino, quando entrou em internação provisória e foi, portanto, transferido para escola interna da unidade na modalidade de EJA. O jovem foi desligado depois de 32 dias de internação provisória. Mesmo depois do seu desligamento, a mãe seguiu em contato com a equipe técnica da FASE, porque a escola em que o jovem estava matriculado antes da internação alegou que a sua vaga já havia sido preenchida durante esses dias e, por isso, não poderia aceitar o aluno novamente. A equipe técnica entrou em contato com o Conselho Tutelar, que o informou que tentaria a vaga judicialmente. Não temos mais registros desse atendimento, mas sabemos que o jovem não voltou a ser matriculado na rede municipal de Porto Alegre ou na Rede Estadual do Rio Grande do Sul.

Em artigo publicado anteriormente (Koerich e Vidal 2019), apontamos, a partir da análise de dados de outro campo empírico, o quanto é corriqueiro que os jovens com passagem pelo sistema socioeducativo encontrem as "portas fechadas" nas escolas ao cumprirem medidas socioeducativas de meio aberto. O campo empírico analisado no estudo em tela corrobora essa percepção e aponta o quanto o acesso à educação acaba se consolidando de forma efetiva apenas nos momentos em que os jovens estão em regime de internação provisória, ou então privados de liberdade, configurando-se mais como algo momentâneo do que uma mudança efetiva em suas situações escolares.

#### 4.4 atendimentos educacionais especializados

Outro aspecto a ser apontado acerca das trajetórias escolares foi a recorrência de ações relacionadas à necessidade de atendimentos educacionais especializados nas trajetórias des-

ses jovens. Dos 18 jovens, 8 possuíam registro de atendimento especializado, como Laboratório de Aprendizagem (LA), Sala de Inclusão e Recursos (SIR), Classe Especial (CE) e Planejamento de Atendimento Especial (PSAE). Esses indícios apontam para alguma barreira à aprendizagem, como sucessivas reprovações (que podem ser devido a múltiplos fatores) ou alguma dificuldade no aprendizado. Esses são elementos que podem contribuir para uma trajetória irregular na escola, mas, ao mesmo tempo, apontam para o fato de que a instituição escolar buscou abordagens de atendimento voltadas à tentativa de garantir a sua vinculação com o espaço escolar.

Monica Santos e Mylene Santiago (2017) ressaltam que existe uma relação complexa em espaços especiais de intervenção pedagógica, como os Laboratórios de Aprendizagem dentro das escolas. Esses espaços podem acabar se constituindo em um processo de exclusão, caso a identificação dos estudantes com barreiras à aprendizagem produza um efeito de rotulações e estereótipos, fato que nos coloca diante de um paradoxo: a intenção inicial de oferecer oportunidades e apoio adicional à aprendizagem desses estudantes, via de regra, constitui-se em novas modalidades e sentidos de exclusão (Santos e Santiago 2017).

É perceptível na trajetória dos jovens o quanto as intervenções nas políticas públicas buscam incluí-los na escola novamente, seja pelo conselho tutelar, seja por discussões com a rede de assistência, seja nas medidas socioeducativas, seja em diferentes estratégias dentro da instituição escolar, como os Laboratórios de Aprendizagem, Classe Especial ou a modalidade da EJA. Embora esses movimentos sejam perceptíveis, não conseguimos saber qual a qualidade dessas ações, do acolhimento nos espaços e do trabalho realizado. O fato é que esse movimento de vaivém nas trajetórias escolares juvenis demonstra a dualidade de sua relação com a escola. Por mais difícil que aparente ser permanecer na escola para esses jovens, em poucos casos a ruptura da trajetória escolar é definitiva, apontando que existem, em alguma medida, desejo e expectativas

relacionados à conclusão da escolarização. Ao mesmo tempo, as políticas públicas apresentam mecanismos interessantes em conduzir crianças e jovens a retomar a escola.

## 5 Considerações finais

Este artigo analisou os registros escolares de 18 jovens que foram vítimas de homicídio por arma de fogo em Porto Alegre no ano de 2018. O seu objetivo era compreender quais os indícios que esses registros apontariam acerca da relação desses jovens com a instituição escolar.

Obviamente, outros marcadores e elementos são essenciais para uma análise mais completa das referidas trajetórias, mas este artigo restringiu-se a analisar as trajetórias educacionais, tendo em vista a importância que o processo de escolarização apresenta na vida de crianças, adolescentes e jovens.

Foram identificadas quatro principais regularidades nessas trajetórias educacionais: 1) a sua não linearidade caracterizada pelos reiterados episódios de infrequência, abandono, evasão escolar e alta distorção idade-série; 2) a passagem pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na maioria dos casos, incluindo episódios anteriores aos 15 anos de idade; 3) a intersecção entre o sistema de justiça juvenil e a trajetória escolar desses jovens; 4) os indícios da necessidade de atendimento especializado no contexto educativo.

Analisando as trajetórias escolares de cada um dos jovens ano após ano, fica evidente não apenas que a questão central a ser trabalhada diz respeito aos episódios de não linearidade dessas trajetórias, mas também que a relação estabelecida entre eles e a escola é complexa. Apesar das aparentes dificuldades, o que observamos é um movimento contínuo ora de aproximação, ora de afastamento com o espaço escolar, e não uma ruptura permanente, apontando para uma tentativa constante de encontrar formas de concluir a educação básica.

Nesse sentido, a vinculação com o espaço escolar parece adquirir uma dimensão protetiva (Rolim 2016), mesmo que por vezes a escola aca-

be sendo um espaço de reprodução de exclusões e até de um movimento velado de expulsão e “desistência” por parte da escola (Koerich 2025). Identificamos, assim, um movimento também pendular da política pública em relação à inserção escolar desses jovens, que é marcado ora por um movimento de exclusão, ora por um movimento de “resgate”, incluindo ações de reinserção compulsória desses jovens na instituição escolar.

A importância que a inserção escolar possui no discurso social acerca das trajetórias juvenis pode ser constatada até na certidão de óbito de um dos jovens, que trazia a observação: “Era estudante. Não deixou bens. Não deixou testamento conhecido. Não deixou filhos”. A condição de *estudante* foi uma das quatro características elencadas como prioritárias para comunicar oficialmente a interrupção dessa vida, apontando para o papel de destaque que essa condição traz às trajetórias juvenis.

A conclusão central desta investigação é acerca de quanto o espaço escolar também parece funcionar como um espaço de proteção. Nenhum dos jovens selecionados, assassinados em 2018, concluiu a educação básica; todos tiveram uma relação não linear, seja com episódios de infrequência (abandono) durante algum ano, seja de evasão e repetência. Dessa forma, as evidências sugerem que o distanciamento de jovens da instituição escolar pode aumentar o risco de serem vítimas de homicídio. Num país com alto índice de mortes violentas entre jovens, esse dado aumenta ainda mais a responsabilidade da escola e da rede de proteção no sentido de planejar mecanismos e políticas de fortalecimento da inclusão escolar, sobretudo na adolescência, não apenas como efetivação do direito à educação, mas também como política de proteção à vida.

## Referências

Ariès, Philippe. 2017. *História Social da Criança e da Família*. Traduzido por Dora Flaksman. LTC Editora.

Bof, Alvana Maria, Adolfo Samuel de Oliveira, e Gabriela Thamara de Freitas Barros. 2018. “Trajetória Escolar, aprendizagem e desigualdade no ensino fundamental no Brasil.” In *Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais*, editado por, Alvana Maria Bof e Adolfo Samuel Oliveira. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Brasil. 1990. *Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Estatuto da Criança e do Adolescente. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm).

Bueno, Samira, e Renato Sérgio de Lima. 2020. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2020*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Camarano, Ana Amelia. 2006. *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* IPEA.

Carrano, Paulo C. R., Andreia C. Marinho, e Viviane N. M. Oliveira. 2015. “Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio.” *Educação e Pesquisa* 41.

Cipriani, Marcelli. 2021. *Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua*. Hucitec.

CNE. 2010. *Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010*. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7251-resolucao-7-ef-1&category\\_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7251-resolucao-7-ef-1&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192).

CNE. 2021. *Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021*. <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-ceb-2021>.

Feltran, Gabriel, Cecília Lero, Marcelli Cipriani, Janaina Maldonado, Fernando de Jesus Rodrigues, Luiz Eduardo Lopes Silva, e Nildo Farias. 2022. “Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais.” *Dilemas* (4): 311-348.

Franceschini, Vanessa Lima Caldeira, Paula Miranda-Ribeiro, e Marília Miranda Fortes Gomes. 2017. “Porta de entrada ou porta de saída? Fracasso escolar no ensino médio segundo estudantes e coordenadores(as) de escolas em Ribeirão das Neves-MG.” *Educação em Revista* 33: e164208.

Gremaud, Amaury Patrick. 2010. *A relação entre abandono escolar no ensino médio e o desempenho no ensino fundamental brasileiro*. Instituto Unibanco.

Gropo, Luís Antonio. 2015. “Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis.” *Em Tese* 12 (1): 4. <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2015v-12n1p4>.

Koerich, Bruna Rossi, e Alex da Silva Vidal. 2019. “Portas Fechadas no Meio Aberto: Educação de Jovens com Restrição de Liberdade.” *Reflexão e Ação* 27 (2): 77-94. <https://doi.org/10.17058/rea.v27i2.12628>.

Koerich, Bruna. 2025. “*Eu fui parando de ir”: Temporalidades, (des)interesses e evasão escolar juvenil*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Matos, Manuel. 2021. "Trabalho escolar e a alunização da Educação." *A Página da Educação* (193). <https://www.apagina.pt/?aba=7&mid=2&cat=542&doc=14047>.

Neri, Marcelo. 2009. *Motivos da Evasão Escolar: O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola*. CPS/IBRE/FGV.

Pais, José Machado. 2006. "Buscas de si: expressividades identidades juvenis." In *Culturas jovens: Novos mapas do afeto*, organizado por Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Eugenio. Jorge Zahar.

Peregrino, Mônica. 2010. *Trajatórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres*. Garamond.

Pereira, Talita Vidal, e Roberta Avoglio Alves Oliveira. 2018. "Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização." *Estudos Em Avaliação Educacional* 29 (71): 528–553. <https://doi.org/10.18222/eae.v0ix.5013>.

Ramos, Ana Carolina, e Oswaldo Gonçalves Junior. 2024. "Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos." *Educação e Pesquisa* 50: e268037.

Ratusniak, Célia. 2024. "Gênero, raça, evasão e expulsão escolar: por que os alunos e as alunas deixam de frequentar a escola?" *Revista Brasileira de Educação* 29: e290109.

Ribeiro, Sérgio Costa. 1991. "A pedagogia da repetência." *Estudos Avançados* 5 (12): 07–211. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000200002>.

Rolim, Marcos. 2016. *A Formação de Jovens Violentos: para uma etiologia da disposicionalidade violenta*. Apris Editora.

Santos, Mônica Pereira dos, e Mylene Cristina Santiago. 2017. "Os Laboratórios de Aprendizagem em Juiz de Fora: um caso omnilético de inclusão e exclusão." *Revista Sodebras* 12 (136).

Scherer, Giovane Antonio. 2022. *Juvenicídio, Território e Políticas Públicas: Rastros de Sangue na Cidade de Porto Alegre*. Cirkula.

Silva, Vinicius Mauat da. 2016. *Mortalidade dos Egressos da FASE (2002-2012)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Varela, Júlia, e Fernando Alvarez-Uria. 1992. "A maquiaria escolar." *Teoria e Educação* (6): 68–96.

Zago, Nadir. 2000. "Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar." In *Família & Escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*, organizado por Maria Alice Nogueira, Geraldo Romanelli, e Nadir Zago. Vozes.

---

## Alex da Silva Vidal

Historiador, mestre e doutor em educação pela UFRGS. Integrante do Observatório da Socioeducação (CIEES/FACED UFRGS). Atualmente trabalha como assessor técnico do Programa Fazendo Justiça (PNUD/CNJ). Tem experiência na execução de políticas para juventude e em pesquisas de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

---

## Bruna Rossi Koerich

Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS, possui mestrado em Ciências Sociais pela PU-CRS e doutorado em andamento pela UFRGS. Tem experiência na formulação, execução e avaliação de políticas públicas, tendo atuado como consultora em pesquisas realizadas com diferentes financiadores. Integra o quadro de Analistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Rio Grande do Sul, atuando como Analista Socióloga na Assessoria de Gestão da Informação e Monitoramento da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. É pesquisadora do Observatório da Socioeducação (CIESS/FACED UFRGS).

---

## Endereço para correspondência

### ALEX DA SILVA VIDAL

[alexsvidal1@gmail.com](mailto:alexsvidal1@gmail.com)

Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação – CIESS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Av. Paulo Gama, s/nº Prédio 12201

Porto Alegre RS Brasil

### BRUNA ROSSI KOERICH

[koerich.bruna@gmail.com](mailto:koerich.bruna@gmail.com)

Secretaria de Desenvolvimento Social

Assessoria de Gestão da Informação e Monitoramento

Avenida Borges de Medeiros, 1501 - Cidade Baixa. 8º Andar

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*